

Lei nº 171

Faço saber que a Câmara Municipal de Iquidauense, Estado de Mato Grosso, decreta, e eu Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

Artº 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estender a iluminação pública nos Bairros Alto, Quanandy e Utingam Esquerda, em todas as ruas que já estiverem prontas pelo postamentos da Empresa Mato-grossense de Elétricidade.

Artº 2º Deverão ser pagas tantas lampadas de 60 watts, quanto forem necessárias para todo projeto estipulado no artigo anterior, a razão do preço oficial e a comecar da data que a Empresa comunicar à Prefeitura o desembolso fiscalizado por esta, o número de lampadas e a hora abrangida.

Artº 3º Fica incluída nas contas de iluminação da Prefeitura a iluminação consumida na sede da Câmara Municipal.

Artº 4º Para acorrer as despesas com a presente Lei no corrente exercício, fica o Poder Executivo autorizando a abrir o crédito necessário para suplementação pública: 404 - Iluminação Pública - 408.8'88.

4 - Despesas Diversas, do orçamento vigente.

Artº 5º No Ponto da Cidade, no perímetro compreendido entre as ruas Sandálio Palmeiras, Theodoro Landon, f de Setembro, (Blauel) Marechal Maltez, e transversais n.º 100 e n.º 101.

- Processo - nº - 1.057 - Edislau Zolkenski Silho
 " " " - 1.056 - Honoring Farias Bastilho
 " " " - 1.006 - Arino Paraglia
 " " " - 1.013 - Salvador Paes de Proença
 " " " - 1.064 - José Rodrigues de Souza
 " " " - 1.003 - Urbano Felanpego

Patrimônio de Quipapuanga - Urbano

- Processo - nº - 114 - Antônio Santos Ribeiro
 " " " - 190 - Francisco Gomes da Silva
 " " " - 193 - Manoel Rodrigues dos Santos
 " " " - 221 - Otávio Silva
 " " " - 196 - Francisco Cesário de Oliveira

Patrimônio de Quipapuanga

- geral
- Processo nº 233 - Gonçalo Góes de Souza
 " " 357 - Manoel Alves de Oliveira
 " " 365 - Iquino Lima
 " " 309 - Joaquim Leite dos Santos
 " " 309 - Flora Schmitz da Costa

Artº 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Aquidauana,

1º de Dezembro de 1984.

Artº 6º Deverá ser incluído no orçamento para 1955 e futuros, a verba necessária para cobrir as despesas com a presente lei respeitantes a exercícios.

Artº 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Feijó, dia 2 de Dezembro de 1954.

a) Moysés Albuquerque - Prefeito.